

CADERNO 3

Diário do Nordeste

caderno3@diariodonordeste.com.br

FOTOGRAFIA

A EXPOSIÇÃO "ÍNDIA: CASTAS, CORES E CRENÇAS" FICA EM CARTAZ NA UNIFOR ATÉ DOMINGO P. 6



ENTREVISTA SILVANA MEIRELES COORDENADORA EXECUTIVA DO PROGRAMA MAIS CULTURA

Reflexos da crise no Ministério da Cultura

O Coordenadora executiva do Programa Mais Cultura, do Ministério da Cultura, Silvana Meireles esteve em Fortaleza participando do I Seminário BNB de Política Pública. Ela se reuniu com a presidente da Secretaria de Cultura de Fortaleza (Secultfor), Fátima Mesquita, e acabou visitando as obras do primeiro Centro Urbano de Cultura, Arte, Ciência e Esporte - CUCA, na Barra do Ceará. Na entrevista a seguir, Silvana fala um pouco sobre o Programa Mais Cultura, projeto que marca o reconhecimento da cultura como necessidade básica e a incorpora como importante vetor para o desenvolvimento do País, e dos atuais desafios do setor.

FÁBIO FREIRE
Repórter

Um ano e meio depois do lançamento do Mais Cultura, como está o andamento e a implementação do programa? Quais os resultados efetivos alcançados até o momento?

A ideia do Governo Federal e do Ministério da Cultura (MinC) sempre foi considerar a cultura como uma necessidade básica do cidadão. Toda a política cultural desenhada pelo Ministério foi feito no sentido de dar conta dessa necessidade. Quando se construiu o Programa Mais Cultura, já na segunda gestão, o MinC já dispunha de uma série de dados que apontava a falta de acesso da população brasileira a bens e serviços culturais, principalmente nas grandes periferias urbanas e fora dos grandes centros. Praticamente um ano e meio depois do lançamento do programa, nós já temos alguns resultados bem animadores. Conseguimos mobilizar boa parte dos estados brasileiros: 23 já aderiram ao Mais Cultura. O Ceará, especificamente, aderiu o ano passado, quando investimos R\$ 9,6 milhões em diversas ações do programa. Esse ano estamos trabalhando com a perspectiva do Estado oferecer uma contrapartida, no qual o Ministério entra com 67% e o Ceará com 33%. E agora estamos começando um diálogo com as prefeituras, incluindo as das capitais. Estamos sugerindo que elas funcionem como ou mantenham consórcios culturais, o que dará mais consistência à implantação efetiva do programa.

A reunião com a Fátima Mesquita [na última sexta-feira, 17, pela manhã] foi o primeiro contato com a Prefeitura Municipal de Fortaleza?

Não, esse diálogo com a Prefeitura de Fortaleza já existe há algum tempo. Com esse encontro, apenas nos aproximamos de um desfecho para começarmos a propor ações concretas. Eu visitei o Centro Urbano de Cultura, Arte, Ciência e Esporte, o CUCA da Barra do Ceará [o primeiro de seis prometidos pela prefeita Luizianne Lins ainda durante a

campanha da primeira gestão], que deve ser inaugurado em junho, e esse ano o Ministério vai colocar R\$ 1,5 milhão nesse equipamento, atendendo ainda a uma outra chamada pública do Programa de Aceleração – PAC, configurando um outro projeto integrado. Essa visita ao CUCA e a reunião com a Fátima Mesquita foi um passo a mais nesse sentido. Todas as propostas do CUCA, aliás, não só as de uso arquitetônico e cultural como o seu próprio conceito dialogam diretamente com o Mais Cultura.

Que outras ações foram discutidas nesse encontro e têm relação com a Prefeitura de Fortaleza e o Mais Cultura? Que projetos do programa já estão em andamento no Estado?

Nesse ano de 2009, no Estado, nós investimos R\$ 1,25 milhões na reforma da Biblioteca Estadual Governador Menezes Pimentel. Com a Prefeitura, nós iremos abrir um novo edital do Pontos de Cultura, desta vez para a cidade de Fortaleza. Já conversamos com o Gabinete e propomos que o edital seja estendido à Região Metropolitana. O secretário da Cultura, Auto Filho, está montando os Fóruns Regionais com a participação da Região Metropolitana, então devemos esperar um pouco mais para que isso se concretize. O Cine Mais Cultura também deve vir para cá. Para o ano que vem, estamos fechando o Cine Mais Cultura e mais bibliotecas, já que nossa meta é zerar o número de municípios brasileiros sem esse tipo de equipamento cultural. Nós queremos anunciar isso agora, em julho de 2009.

Quando o Mais Cultura foi lançado, em outubro de 2007, a previsão de investimentos até 2010 era de R\$ 4,7 bilhões. Hoje, cerca de um ano e meio depois, qual o montante dos investimentos, dos recursos utilizados no programa?

Quando propusemos o Mais Cultura, nós pensamos em uma grande escala, eram números que realmente tentavam dar cobertura para todo território nacio-



G SILVANA MEIRELES:

"Esse ano o MinC vai colocar R\$ 1,5 milhão no CUCA da Barra do Ceará, atendendo ainda a uma outra chamada pública do Programa de Aceleração" FOTO: MIGUEL PORTELA

nal. Daí o montante de R\$ 4,7 bilhões, sendo R\$ 2,2 bilhões do orçamento da União e R\$ 2,5 bilhões de bancos, das contrapartidas com os estados e de outras instituições que estavam e continuam apoia o programa. Esse era um orçamento ideal. No ano passado, tivemos o orçamento da União para o Mais Cultura foi de R\$ 200 milhões, de um orçamento que era inicialmente de R\$ 300 milhões. Em 2008, só trabalhamos com contrapartidas dos estados para os Pontos de Cultura. Os investimentos dos estados no Mais Cultura ficariam então para 2009. Esse ano o orçamento do Mais Cultura no MinC está em R\$ 257 milhões. Tivemos ainda uma liberação de mais R\$ 27 milhões do Ministério do Planejamento para o investimento em bibliotecas, que passaram a ser uma prioridade dentro do programa.

Até que ponto essa redução nos orçamentos afeta os objetivos do Mais Cultura?

Ela afeta os objetivos quantitativos, não qualitativos. Como é que estamos tentando criar medidas de compensação? Atraindo novos parceiros e investimentos, por exemplo o Pronac (Programa Nacional de Apoio à Cul-

tura), o Ministério das Cidades, que trabalha conosco nos Espaços Mais Cultura, o PAC, que vai investir esse ano em mais sete equipamentos. Estamos sensibilizando também empresários para aderirem ao programa e negociando contrapartidas com os estados. O mais importante nisso tudo é o movimento que queremos deixar estabelecido no País. Não é à toa que criamos nos estados que aderiram ao programa conselhos que possibilitem a penetração do Mais Cultura nas comunidades para que elas reivindiquem e garantam a continuidade dele.

Já que estamos falando em orçamento, como a crise econômica tem refletido no Mais Cultura e em investimentos no setor cultural de modo geral?

Bem, a crise está afetando tudo. Em relação aos cortes dados no Governo Federal, os referentes ao Ministério da Cultura foram bem inferiores do que os de outras áreas. O papel estratégico da cultura está muito claro no governo do presidente Lula, principalmente no segundo mandato. De fato, a cultura entrou nas pautas das políticas do governo e tem acento em vários momentos estratégicos. Por ou-

DADOS

R\$ 9,6

milhões é o montante já investido pelo Programa Mais Cultura no Ceará. Parte dos recursos foram destinados para ações como os Pontos de Cultura, modernização e implantação de bibliotecas.

tro lado, nós temos um pequeno orçamento e o impacto acaba sendo menor, já que é proporcional. Um exemplo é o caso da Lei Rouanet, que hoje é um importante mecanismo de financiamentos de projetos culturais no País inteiro, mas conhecida por sua característica de mecenato, ou seja, investimentos de empresas. Ainda que esse dinheiro seja público, as empresas

investem e o desconto do imposto de renda vem em um momento seguinte, acontece uma natural retração porque existe uma preocupação das empresas com o futuro, até onde essa crise vai etc.

O Governo Federal tem como uma das prioridades a cultura. Ainda hoje, existem governos estaduais e municipais que não têm essa dimensão da relevância da cultura como um setor prioritário. Como o Governo Federal tem agido para modificar essa mentalidade e esclarecer que a cultura é, sim, um ponto fundamental para investimentos?

A compreensão da importância da cultura no Brasil tem aumentado bastante com a sua colocação na agenda política dos municípios e estados. O MinC contribuiu bastante com isso quando realizou a 1ª Conferência Nacional da Cultura, quando se sinalizou a criação do Sistema Nacional de Cultura, que veio corroborar justamente com essa mudança de lugar da cultura nas agendas dos estados e municípios. Um dos resultados da conferência foi a assinatura, por parte dos estados, de protocolos de intenções, chamados de Acordos de Ações Cooperativas. Esses acordos determinavam a existência de um órgão gestor da cultura, a criação de pontos para a cultura, a elaboração de planos municipais e estaduais para a área, a realização de conferências e a implantação de Conselhos de Cultura, hoje, com participação igualitária entre sociedade civil e poder público. Isso fez com que prefeitos e governadores começassem a perceber de forma diferente as discussões que giravam em torno da cultura. Há um avanço nesse sentido. Até junho, devemos apresentar o aprimoramento da proposta do Sistema Nacional de Cultura. Temos um outro grupo desenhando a arquitetura que definirá as competências culturais entre estados, municípios e a União. Agregado a isso, o Governo está investindo em cursos de formação de gestores. Não adianta mudar o Sistema Nacional de Cultura e manter um diálogo com prefeitos e governadores se não tivermos gestores preparados para estabelecer essas relações. O Sistema Nacional de Cultura tem que atuar então embasado em três estruturas: a legal, a divisão de competências e a própria formação. Isso é apenas o começo de um processo que vai passar por um aprimoramento até que todas as instâncias atuem de maneira afinada.

desafinado

